

Tecendo redes de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT: reflexões em torno do projeto Banana-Terra no Cariri Cearense.

Weaving networks for the defense of the sexual and reproductive rights of the LGBT population: reflections around the Banana-Terra project in Cariri Cearense.

Geovane Gesteira Sales Torres ¹
 Alania Maria Leal ²
 Caio Ricardo da Silva ³
 Wendell de Freitas ⁴

RESUMO

O atual arranjo político brasileiro se marca pelo recrudescimento do conservadorismo e pela desinstitucionalização das políticas públicas LGBT, conjuntura que exige o estabelecimento de articulações em rede que se proponham a defender os direitos sexuais e reprodutivos. Nesse cenário encontra-se o Projeto Banana-Terra, promovido pela Anistia Internacional e Greenpeace, tencionando fortalecer a defesa dos direitos humanos e ambientais no Brasil. Dessa maneira, o presente artigo configura-se como um relato de experiência e objetiva analisar o projeto Banana-Terra, em suas ações de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, na Região Metropolitana do Cariri, entre os anos de 2018 e 2020. A investigação usou-se da ferramenta da pesquisa-ação como estratégia metodológica, da análise documental e da pesquisa survey como meios de produção de dados, além de utilizar o método sociolinguístico análise de conteúdo para o tratamento e análise desses materiais. O projeto desenvolveu cinco atividades, atingindo quatro bairros periférico-urbanos dos municípios de Crato e Juazeiro do Norte, impactando diretamente 111 pessoas. Ademais, o projeto foi composto pelas etapas de planejamento, implementação e avaliação; os seus repertórios de ação incorporaram princípios populares, integrativos e tecnologias digitais; além de ter originado uma complexa rede interorganizacional, cuja configuração e valores comungam da ecologia de saberes.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Redes; Ativismos; Resistências LGBT.

¹ Graduando em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Bolsista de Pesquisa (BPI/FUNCAP) do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). Integrante do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas do Cariri - LEPP Cariri. Foi estagiário na Prefeitura Municipal de Crato - CE. Foi Agente Ambiental na Secretaria de Saúde do Município de Crato - CE. Graduação Incompleta no Curso de Direito pela Faculdade Paraíso do Ceará. Membro do Projeto Banana Terra e rede Latinoamericana "Colectiva". Possui experiência em 3 projetos / programas de extensão universitária (totalizando 4 anos), 4 monitorias (totalizando 2 anos) e 2 projetos de pesquisa (totalizando 3 anos). Possui interesse em temas relacionados às políticas públicas, diversidade sexual e de gênero, teorias queer, direitos humanos. E-mail: geovane.gesteira@aluno.ufca.edu.br

² Possui graduação em Direito pela Faculdade Paraíso do Ceará (2016). Atualmente é discente no curso de graduação em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri. Possui especialização em Administração Pública pela Faculdade Estácio de Sá. E-mail: alanialeal@gmail.com

³ Graduando em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Bolsista do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS) vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal do Cariri. E-mail: caio.ricardo042@gmail.com

⁴ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri (2012), Mestre (2014) e Doutor (2017) em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Adjunto da Universidade Federal do Cariri, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e ao Curso de Administração Pública. É Líder e Pesquisador do Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública cadastrado como grupo de pesquisa no CNPq. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em sociologia do conflito e da violência, atuando principalmente nos seguintes temas: Poder, Violência, Conflito, Segurança Pública, Práticas Policiais, Questão Carcerária, Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania. É Pesquisador de Produtividade BPI da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Atualmente desempenha a função de Vice-Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFCA. E-mail: wendell.barbosa@ufca.edu.br

ABSTRACT

The current Brazilian political arrangement is marked by the resurgence of conservatism and the deinstitutionalization of LGBT public policies, a situation that demands the establishment of networks that propose to defend sexual and reproductive rights. In this scenario, we find the Banana-Terra Project, promoted by Amnesty International and Greenpeace, which intends to strengthen the defense of human and environmental rights in Brazil. Thus, the present article is configured as an experience report and aims to analyze the experiences of the project mentioned in the defense of sexual and reproductive rights in the Metropolitan Region of Cariri, between the years 2018 and 2020. The investigation used an action research as a methodological strategy, a documentary analysis and survey research as a means of data collection, in addition to using the sociolinguistic content analysis method for treatment of data. The project developed five activities, reaching four peripheral-urban neighborhoods in the municipalities of Crato and Juazeiro do Norte, directly impacting 111 people. Furthermore, the project was composed of the stages of planning, implementation and evaluation; its repertoires of action incorporated popular, integrative principles and digital technologies; besides having originated a complex interorganizational network, whose configuration and values share the ecology of knowledge.

Keywords: Human Rights; Networks; Activisms; LGBT Resistance.

1. Introdução

Na América Latina a defesa dos direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT – se depara com táticas políticas e discursos conservadores, vinculados a valores e crenças judaico-cristãs. Nesse direcionamento se encontra o pânico moral transmutado sob o elemento discursivo nomeado “ideologia de gênero”. Esta expressão surge em contraposição aos relativos avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos e nos estudos despatologizantes em torno das sexualidades e identidades de gênero dissidentes (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Conforme o Relatório Mundial 2020 da Human Rights Watch, no Brasil, o governo de Jair Messias Bolsonaro frequentemente profere declarações de teor LGBTfóbico, além de tolher editais públicos de financiamento de projetos culturais de temáticas LGBT, omitir-se diante de violência a pessoas LGBT e pouco agir em casos de perseguições aos(às) defensores(as) dos direitos sexuais e reprodutivos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

Nesse drástico cenário, surge o Projeto Banana-Terra, ação promovida pelos escritórios brasileiros da Anistia Internacional – AI – e Greenpeace, cujo objetivo é fortalecer lideranças nacionais atuantes na defesa dos direitos humanos e ambientais nas macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esses locais do país são historicamente marcados por disputas em torno de recursos naturais e escanteados ao limbo das prioridades governamentais e políticas públicas nas mais diversas áreas. Dentre os grupos de trabalho do referido projeto, existe o eixo nomeado Comunidades Periféricas Urbanas e, no seio dos seus temas transversais, encontram-se os direitos sexuais e reprodutivos. Nesse grupo de trabalho e tema transversal se assenta o desenvolvimento do Projeto Banana-Terra na Região Metropolitana do Cariri – RM Cariri, situada no interior e ao sul do estado do Ceará.

Este artigo é um relato de experiência e objetiva analisar o Projeto Banana-Terra na RM Cariri no que toca à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos nesse território entre os anos 2018 e 2020. Como objetivos específicos, tenciona-se analisar os repertórios de ação, as articulações em rede e os principais resultados obtidos pelo projeto. Nesse sentido, consideramos pertinente pensar essas ações no contexto das discussões homoculturais que permeiam as iniciativas dessa rede interorganizacional (gerada a partir do Projeto Banana-Terra) de defesa dos direitos das minorias sexuais e de gênero na RM citada.

Para tanto, adotou-se como estratégia metodológica a pesquisa-ação, escolha motivada pelo engajamento dos(as) autores(as) como multiplicadores(as) e mobilizadores(as) do projeto em tela. Na coleta dos dados, recorreremos à análise documental em relatórios e demais documentos pertinentes ao projeto em questão (os quais são especificados na seção metodologia), além de uma pesquisa survey para as avaliações formativas

e somativas da ação social. Os dados foram tratados qualitativamente à luz do método análise de conteúdo e discutidos com base em epistemologias homoculturais.

O estudo em tela se justifica pela urgência em se praticar e divulgar ações de defesa dos direitos humanos de sujeitos cujas orientações sexuais e identidades de gênero são dissidentes aos referenciais heteropatriarcais, sobretudo em contextos do Sul global, historicamente chagados por colonialidades produtoras e legitimadoras de opressões. Assim, para além de iniciativas de organizações multilaterais do Norte global, os territórios modernamente colonizados protagonizam ações de defesa dos seus direitos.

Além do exposto, a pesquisa em tela se faz importante porque no Brasil os direitos fundamentais da população LGBT seguem sendo lesados por sujeitos e instituições atuantes na abjeção de corpos e comportamentos dissidentes. Nesse viés, o Atlas da Violência 2019 indica que, consoante aos dados do Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), entre os anos de 2011 e 2017 foram registradas 12.477 denúncias de violência contra pessoas LGBT. Ainda segundo os dados do MMFDH, foram registradas 2.619 denúncias de lesão corporal contra tal população. Já no tocante aos homicídios de pessoas LGBT, o Disque 100 aponta a existência de 163 homicídios e 26 tentativas de homicídio. Embora alarmantes, o Atlas da Violência 2019 indica que tais dados não refletem a cruel realidade que assola a segurança da população LGBT, pois inexistem dados oficiais nos registros policiais e demográficos sobre a parcela populacional em evidência (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

O artigo inicia o seu marco teórico discutindo teorias e elementos jurídicos em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e em seguida disserta a respeito da atuação dos movimentos sociais LGBT. Ademais, a metodologia apresenta os fluxos teórico-metodológicos empregados na pesquisa-ação. Já a seção Resultados e Discussão versa sobre os processos, articulações em rede e repertórios de ação empregados ao longo do desenvolvimento do Projeto Banana-Terra na RM Cariri, além de apresentar os seus principais produtos. Enfim, nas Considerações Finais, apresentam-se as principais conclusões do diálogo das teorias homoculturais com as práticas analisadas.

2. Marco teórico

Na presente seção se discutem informações e aspectos político-conceitos relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como sobre os movimentos sociais LGBT. Para tanto, são incorporados pensamentos homoculturais.

2.1 Direitos Sexuais e Reprodutivos: entre positivações legais e violações

A liberdade consiste em um dos mais destacados direitos humanos fundamentais e, por esse motivo, está insculpida em inúmeras legislações nacionais e internacionais, desde a Constituição dos países democráticos a tratados, convenções e outros instrumentos jurídicos que a normatizam. Inclusive, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 3º, enfatiza que todas as pessoas possuem o direito natural à vida, à liberdade e à proteção pessoal. Nesse amplo sentido, os direitos sexuais e reprodutivos integram o rol das liberdades individuais conferidas ao indivíduo enquanto sujeito de direitos, levando em conta que estes são essenciais ao pleno desenvolvimento e qualidade de vida do ser humano (BRASIL, 2000).

Os direitos sexuais consistem em garantias fundamentais, segundo as quais toda pessoa tem a liberdade de viver e expressar a sua sexualidade, livre de qualquer forma de discriminação ou ato de violência. Nesse contexto, os direitos sexuais zelam pela plenitude da sexualidade, como, por exemplo, o direito de escolha de ter ou não um(a) parceiro(a) sexual independente de gênero ou condição física, bem como à livre expressão da orientação sexual. Além disso, o direito à informação acerca da prevenção de doenças e gravidez, o atendimento médico capaz de garantir o sigilo de serviços de saúde relacionados ao bem-estar do indivíduo, estão inseridos nesse conjunto quando se trata da educação sexual e reprodutiva (BRASIL, 2009). Assim, Carrara (2010) compreende os direitos sexuais como “[...] prerrogativas legais relativas ou à

sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais.” (p. 135).

Os direitos reprodutivos surgem como faculdade das pessoas optarem de maneira consciente sobre a pretensão de terem filhos ou não, independentemente da quantidade e do momento em que se encontram suas vidas. Ressalta-se que isso também engloba o direito e o acesso a técnicas e informações sobre a reprodução humana e também a meios contraceptivos para a não reprodução. Portanto, o exercício da sexualidade e da reprodução é visto como direito fundamental e, como tal, deve ser tratado com o devido respeito e de forma indiscriminada (BRASIL, 2009). Não restringindo-se à procriação, os direitos reprodutivos passaram a abarcar outras pautas ao longo do seu desenvolvimento, pois eles são para Corrêa e Petchesky (1996) construções plurinacionais e históricas, considerando-se que a linguagem e as normas éticas não são artefatos inertes, mas passíveis a mutações temporais e resistências políticas.

Nesse sentido, Corrêa e Petchesky (1996) expressam que o nascedouro dos movimentos feministas em torno da natalidade se localiza historicamente em meados de 1830 na Inglaterra, luta social que se relacionava à emancipação, autonomia das mulheres em relação aos seus corpos e obtenção de conhecimentos tocantes à sexualidade e ao prazer sexual, fato caracterizante de uma perspectiva afirmativa dos direitos reprodutivos. Em acréscimo, movimentos feministas no Norte e Sul globais nos séculos XIX e XX passaram a também vislumbrar um direito negativo, algo que implica na recusa ao sexo e à gravidez indesejada. As versões negativa e afirmativa das formulações iniciais sobre os direitos reprodutivos se fundavam nos princípios: 1) Integridade corpórea; 2) Autonomia pessoal; e 3) Igualdade (CORRÊA; PETCHESKY, 1996).

Diante disso, as articulações feministas em torno da saúde das mulheres na América Latina, América do Norte, Ásia e Europa na segunda metade do século XX contribuíram para a gestação de uma perspectiva holística e ampla para os direitos sexuais e reprodutivos, os quais passaram a ser vistos em interface com fenômenos sociais e econômicos. Assim, a expansão na compreensão dos direitos sexuais e reprodutivos fez com que questões como a maternidade, infecções sexualmente transmissíveis, esterilização involuntária, educação, acesso à água, mobilidade, saneamento básico e políticas públicas fossem inseridas nessa agenda. Portanto, contemporaneamente os direitos sexuais e reprodutivos se fundam nos princípios éticos: 1) Igualdade; 2) Diversidade; 3) Integridade corporal; e 4) Autonomia pessoal (CORRÊA; PETCHESKY, 1996).

Em observância ao contexto brasileiro, quando se mencionam os direitos sexuais e reprodutivos, deparamo-nos com um preocupante ataque relacionado às orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, especialmente direcionado à população LGBT, pois grupos específicos como este sofrem constantemente notórios atos de desrespeito e discriminação ao manifestarem direitos inerentes a sua sexualidade e reprodução, algo que viola nitidamente os seus direitos e garantias fundamentais (BRASIL, 2013).

Considerando o exposto, Carrara (2010) enxerga que os direitos LGBT (os quais nem sempre se relacionam diretamente à sexualidade, pois abarcam direitos previdenciários, civis, trabalhistas, urbanos, sucessórios, familiares etc.) se formatam como direitos sexuais devido aos processos históricos de estigmatização e discriminação, em virtude da orientação sexual e identidade de gênero, que privam a população LGBT do acesso pleno a direitos fundamentais.

Para tanto, vários marcos históricos constituíram a luta para a consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo do tempo, especificamente em meados dos anos 90. O ponto de partida se deu com a Conferência de Viena no ano de 1993, que versou sobre os Direitos Humanos, assim como a Carta de Brasília intitulada “Nossos direitos para Cairo 1994”, que também ocorreu no ano de 1993. Finalmente, o ano de 1994 foi marcado pela realização da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, que estabeleceu o conceito de direitos sexuais e reprodutivos, em que a saúde e os direitos reprodutivos e sexuais ganharam uma nova roupagem e, também, através do qual se passaram a considerar o planejamento familiar e o feminismo como pontos de destaque. Já em 1995 houve a 4ª Conferência Mundial da Mulher em Beijing, marco a partir do qual se firmaram ações de transformações pautadas em experiências de mulheres como força motriz para o planejamento e desenvolvimento nas futuras agendas internacionais (SAWYER, 2019).

2.2 Movimentos LGBT: ativismos em foco

Em diversas realidades nacionais, influenciadas pela revolta de Stonewall em 1969, a segunda metade do século XIX se mostra como um celeiro do surgimento e fortalecimento dos arranjos políticos em torno das sexualidades e identidades de gênero dissidentes. No Brasil os movimentos LGBT encontram a sua gênese em meados da década de 70 – embora na época denominado “movimento homossexual” –, quando nasce, em 1978, o coletivo denominado Lâmpião da Esquina. Posteriormente, surgem grupos como o “Somos: grupo de afirmação homossexual” (1979), “Grupo de ação lésbico-feminista” (1980), “Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro” (1992), dentre outros (FRY; MACRAE, 1985). Atualmente, são variadas as organizações atuantes na causa LGBT, a exemplo da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT; Associação Brasileira de Gays - ARTGAY; além de vários outros grupos institucionalizados e coletivos queer .

Vianna (2015) enxerga as articulações políticas em prol dos direitos LGBT como movimentos sociais, pois, conforme a autora, tais arranjos políticos se marcam por identidades coletivas, as quais possibilitam gerar demandas por direitos sociais e atuar no diálogo com o poder público. Irineu (2014) vislumbra que o nascimento dos movimentos sociais relacionados à sexualidade e gênero, destoantes do binarismo de gênero e biologização do sexo, vinculam-se intensamente aos movimentos feministas no final do século XIX, articulações que possibilitaram o confronto moderno com o modelo familiar tradicional e padrões de sexualidade assentes na lógica da diferença sexual.

Não obstante, Vianna e Benítez (2016) e Carrara (2010) apontam que por ocasião da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, o então Movimento Homossexual brasileiro não conseguiu inserir a discriminação sexual no rol de práticas discriminatórias a serem combatidas pelos poderes públicos, algo que ocorreu, segundo Carrara (2010), devido à atuação política de grupos conservadores . Nesse ínterim, Aguião (2018) expressa que muitos dos percalços enfrentados para a positivação dos direitos LGBT no Congresso Nacional advêm da não previsão da discriminação por orientação sexual na Constituição Federal de 1988.

Todavia, Vianna e Benítez (2016) e Carrara (2010) enxergam que a Constituição Federal de 1988, em seus princípios gerais e correlação com os direitos humanos internacionalmente comungados, serviu para o desenvolvimento de diversos avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos no país, bojo em que se encontram os direitos LGBT. Desse modo, avanços no campo dos direitos das chamadas minorias sexuais e de gênero desempenharam grande papel nas políticas de enfrentamento à epidemia de HIV/Aids no país (a partir de 1980), contudo, a positivação dos direitos LGBT no seio do poder executivo federal se concentra nos mandatos do governo federal do Partido dos Trabalhadores (AGUIÃO, 2018).

O ano de 2002 foi marcado pelo II Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH –, o qual se integrou por 518 propostas e 29 subtemas. Aponta-se que dentre os subtemas se encontraram três diretamente relacionados às pautas “GLTTB” (sigla empregada no período e que literalmente se referia a Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais), os quais foram: 1) Garantia do direito à liberdade, opinião e expressão; 2) GLTTB; e 3) HIV/Aids. Aponta-se que essa previsão legal fomentou o desenvolvimento de pesquisas e o incentivo às políticas públicas específicas para o grupo em tela, fato que torna o II PNDH mais propositivo do que o I PNDH, pois a primeira versão do programa, em 1996, não foi propositiva ao incluir a homossexualidade no eixo relativo à proteção do direito à vida (AGUIÃO, 2018).

Aguião (2018) aponta que o Programa Federal Brasil Sem Homofobia – BSH – foi o divisor de águas na construção de políticas públicas LGBT no Brasil, visão compartilhada por Mello, Brito e Maroja (2012). O BSH foi pensado no cerne da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, e se voltou a uma atuação multisetorial (AGUIÃO, 2018).

Ademais, a I Conferência Nacional BLGT, em 2008, também se mostra como um importante avanço no diálogo entre movimentos sociais LGBT e o poder público no intuito de edificar políticas públicas específicas para o grupo. Sequencialmente, em 2009 se lança o III PNDH (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012). Aguião (2018) vislumbra o III PNDH como a versão com maior notoriedade para as demandas da população LGBT, pois portou três eixos orientadores, seis objetivos estratégicos e mais de vinte ações programáticas direta e indiretamente tocantes ao grupo supracitado.

Mello, Brito e Maroja (2012) destacam que a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos LGBT e do Conselho Nacional LGBT, ambos compostos em 2010, também se destacam na institucionalização das políticas públicas LGBT no Brasil. Aguião (2018) contempla que tais iniciativas advindas da esfera pública federal contribuíram para uma tendência de ações públicas direcionadas à pauta

LGBT nos estados e municípios, pois as coordenadorias LGBT, os conselhos LGBT e os planos de combate à homofobia marcam o que a autora denomina como “tripé da cidadania” (p. 182), demandas manifestas socialmente desde a Marcha LGBT de 2011 em Brasília.

Além dessas conquistas no âmbito do poder público federal, Mello, Brito e Maroja (2012) destacam que a institucionalização das políticas públicas LGBT também se fez presente de modo intenso nas esferas estaduais e municipais, sobretudo mediante decretos, portarias, resoluções, recomendações e instruções. Nesse sentido, Mello, Brito e Maroja (2012) concluem que as políticas públicas LGBT nessas dimensões territoriais/federativas apresentam: 1) Pouco respaldo jurídico, por serem consubstanciadas com menor força normativa; 2) Dificuldades para a promoção da participação social; 3) Carência de previsão orçamentária; e 4) Escassez de servidores(as) capacitados(as). Logo, sobre as políticas públicas LGBT, Mello, Brito e Maroja (2012) apontam que “[...] nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (p. 425).

Outros direitos LGBT conquistados no Brasil, majoritariamente advindos da atuação do poder judiciário, são a união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo; dignidade no cárcere por meio de parâmetros de tratamento digno da população LGBT privada de liberdade (Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária); refúgio e direitos migratórios (Lei nº 9.474/1997 e Lei nº 13.445/2017); direito à retificação do prenome em documentos para pessoas transexuais (Decreto Presidencial nº 8.727, de 28 de abril de 2016; Portaria nº 1.820/2009 do Sistema Único de Saúde - SUS; e Normativa nº 1718, de 18 de julho de 2017 da Receita Federal); Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs (Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 do SUS); adoção; direitos sucessórios; pensão por morte e auxílio reclusão (BRASIL, 2017); além da recente criminalização da LGBTfobia, alcançada mediante os julgamentos no STF do Mandato de Injunção 4733 e Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 (TORRES; PEREIRA; LEITE, 2018).

3. Metodologia

A presente pesquisa de cunho qualitativo é classificada, em relação aos seus fins, como exploratória, pois busca estabelecer elos teóricos (homoculturais) com pressupostos empíricos para, então, analisá-los. Incorpora-se como objeto de análise as práticas da rede interorganizacional criada pelo Projeto Banana-Terra na RM Cariri. Logo, em relação ao recorte do objeto, a investigação científica em voga se caracteriza como um estudo de caso, considerando-se que a sua abordagem se configura pela descrição profunda, multilateral e contextualizada de um objeto (Rede do Projeto Banana-Terra na RM Cariri), bem como por amplas observações com foco na singularidade do caso e contemplação da relação objeto-todo (GONDIM et al., 2005).

O projeto Banana-Terra é o produto de uma parceria interorganizacional entre os escritórios brasileiros do Greenpeace e Anistia Internacional, financiado pela Loteria Sueca, cujo objetivo magno foi fortalecer iniciativas de defesa dos direitos humanos e ambientais em territórios brasileiros marcados historicamente por conflitos em torno dos recursos naturais. A iniciativa teve a sua gênese em junho de 2018 e término oficial em agosto de 2019 (apesar da realização de ações no período posterior ao encerramento). As macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram as escolhidas para serem contempladas com as oficinas colaborativas locais do projeto em evidência, que contaram com representações de todas as Unidades da Federação das grandes regiões supracitadas (BANANA-TERRA, 2019).

Durante as três oficinas colaborativas locais, respectivamente realizadas nas cidades de Belém (PA), São Luiz (MA) e Dourados (MS), estiveram reunidos(as) 82 jovens ativistas atuantes em organizações e/ou projetos inseridos no campo da promoção da dignidade humana e desenvolvimento sustentável (BANANA-TERRA, 2019). Os(as) 82 jovens participantes no país foram selecionados(as) dentre 1.645 inscritos(as). As etapas seletivas consistiam no preenchimento de formulários com questões relacionadas à experiência dos(as) candidatos(as) na área ambiental e dos direitos humanos em seus territórios, trajetórias de vida, projetos profissionais e proposições caso fossem aprovados(as), dentre outras questões (ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL, 2019).

Após as oficinas colaborativas – que objetivaram apresentar o projeto e capacitar as lideranças –, os(as) multiplicadores(as) do projeto iniciaram processos formativos à distância e planejamentos que culminaram no desenvolvimento de subprojetos inseridos nos grupos de trabalho: I) Comunidades tradicionais; II)

Pequenos produtores e III) Comunidades Periféricas Urbanas, e nos temas transversais: I) Proteção ao meio ambiente; II) Direitos sexuais e reprodutivos; III) Raça e IV) Subsistência e acesso a recursos. Tais iniciativas constituíram uma rede nacional de articulação e colaboração entre os(as) defensores(as) constituintes do projeto Banana-Terra. Os 22 subprojetos realizados pelos(as) jovens ativistas promoveram 80 ações presenciais e virtuais que em números absolutos contemplaram mais de 13 mil pessoas (BANANA-TERRA, 2019).

No que toca à sua estratégia metodológica, o presente estudo se configura como uma pesquisa-ação. Essa modalidade teórico-metodológica consiste em uma ramificação da investigação-ação. Segundo Tripp (2005), a pesquisa-ação se caracteriza pelo emprego de técnicas científicas para conceder informações à ação/organização analisada tencionando o aperfeiçoamento de suas práticas. Ainda conforme Tripp (2005), essa modalidade de pesquisa é adjetivada como: 1) Inovadora; 2) Contínua; 3) Proativa; 4) Participativa; 5) Intervencionista; 6) Problematizada; 7) Deliberativa; 8) Documentada; 9) Compreendida; e 10) Disseminada.

A construção de um conhecimento pluriversitário propõe a edificação de saberes contextuais, transdisciplinares e voltados à aplicação fora dos limites físicos da academia. Assim, tem-se o anseio de promover opções de ensino, extensão e pesquisa que busquem a democratização e coprodução do bem público universitário, de modo comprometido com a justiça social. Nesse hiato, a pesquisa-ação consiste no planejamento e concretização de projetos junto a comunidades/organizações, tencionando a resolução de problemas públicos locais/organizacionais que tenham relevância social e epistemológica. Logo, a pesquisa-ação se une à ecologia de saberes para a edificação de uma revolução universitária guiada pela construção do saber a partir de sujeitos/organizações situados fora da Universidade, assim, a pesquisa acadêmica atua na compreensão de processos, problemas e conhecimentos protagonizados por grupos/sujeitos socialmente marginalizados (SANTOS, 2013).

A pesquisa-ação em tela tem como fluxos interativos: 1) Planejamento; 2) Implementação; e 3) Avaliação. Ademais, o fluxo investigativo em questão se formata como uma pesquisa-ação política, pois anseia construir práticas para dinamizar/subverter as relações de poder/culturas políticas assentes na diferença sexual (TRIPP, 2005). Caetano, Da Silva Junior e Goulart (2016) advogam a relevância do emprego da pesquisa-ação para a edificação de conhecimentos queer e decoloniais sobre questões relacionadas a gênero e raça, sobretudo porque esse método científico oportuniza a incidência, participação e coprodução em circunstâncias sociais concretas.

Frisamos que a coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa documental em fontes primárias, as quais foram: o plano de ação do subprojeto; cinco planejamentos das atividades realizadas na RM Cariri; nove matrizes de análise de risco das ações; cinco relatórios qualitativos das atividades promovidas; além de cinco listas de frequências. Destaca-se que todas essas informações foram recuperadas de correspondências eletrônicas trocadas com a coordenação nacional do Projeto Banana-Terra, além de arquivos pessoais dos(as) autores(as) do presente artigo. Esses sujeitos se envolveram como multiplicadores(as) e mobilizadores(as) do Projeto Banana-Terra na RM Cariri, assim, atuaram no planejamento, implementação e avaliação do projeto no Cariri Cearense.

Há autores que pregam a equivalência entre as pesquisas documental e bibliográfica. Contudo, o conceito de documento transcende a noção de textos verbais escritos e/ou impressos através dos quais se disseminam estudos científicos. Dessa maneira, a principal distinção entre tais modalidades de pesquisa diz respeito à natureza das fontes. Logo, a pesquisa bibliográfica se volta a documentos (fontes secundárias) de domínio científico, ao passo que a pesquisa documental se dedica a fontes primárias que ainda não receberam tratamento científico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Destarte, também foram efetuadas avaliações formativas e somativas por meio de uma pesquisa survey. Analisaram-se dois formulários eletrônicos, criados no Google Forms, empregados na realização de inscrições de eventos e planejamentos das ações (avaliação formativa ex ante). O primeiro instrumento se voltou à oficina colaborativa local na RM Cariri e contou com 7 variáveis qualitativas nominais e 5 qualitativas ordinais, as quais tocaram em dados pessoais e profissionais/políticos dos(as) respondentes. Já o segundo incorporou 6 variáveis qualitativas nominais e se direcionou à capacitação sobre segurança para ativistas, além de ter abarcado questões sobre informações pessoais e organizacionais dos(as) participantes.

Também se promoveram avaliações somativas ex post facto. Ao término de todas as atividades, foram aplicados formulários impressos contendo oito questões de múltipla escolha assentes em variáveis qualitativas ordinais, as quais ansiaram a avaliação do nível de satisfação dos(as) participantes em relação a distintas dimensões das ações. Para cada uma das dimensões metodológicas, éticas e logísticas

avaliadas, os(as) respondentes puderem selecionar as seguintes respostas: concordo parcialmente; concordo totalmente; discordo parcialmente; discordo totalmente; e neutro.

Enfim, destaca-se que a avaliação formativa *ex ante* se configura por informar à equipe do projeto social sobre o perfil, demandas e perspectivas dos(as) destinatários(as). No que toca à avaliação somativa *ex post facto*, a mesma se caracteriza por julgar os feitos do projeto para os(as) destinatários(as) e auxiliar no aperfeiçoamento de performances futuras (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A presente pesquisa parte de uma compreensão epistemológica não positivista, pois não se defende uma neutralidade axiológica dos(as) pesquisadores(as) para com os seus artefatos/sujeitos de pesquisa, mas se entende que os sujeitos pesquisadores são indissociáveis dos seus contextos de pesquisa. Além disso, corrobora-se Bento (2011) no reconhecimento da importância da relação entre ciência e política na promoção da justiça social. Ante ao exposto, reitera-se que os(as) autores(as) do presente artigo participaram ativamente no desenvolvimento do Projeto Banana-Terra na RM Cariri, interligando as suas práticas ativistas às suas áreas de formação e atuação profissional (administração pública, direito e ciências sociais). Um dos autores foi selecionado para a oficina colaborativa do Nordeste, realizada no Maranhão em 2018, logo, passou a ser um multiplicador da iniciativa. A partir da oficina colaborativa local na RM Cariri, promovida em 2019, os(as) demais autores(as) se envolveram no projeto como mobilizadores(as).

Já a análise qualitativa dos dados oriundos dos documentos e formulários de avaliação se guiou pelo método sociolinguístico denominado análise de conteúdo. Distinguindo-se da análise discursiva, a análise de conteúdo pretende alcançar o sentido profundo pretendido pelos(as) autores(as) dos textos no ato de suas constituições. Para tanto, esse método investe em processos analíticos para o tratamento dos fluxos comunicacionais (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

A análise de conteúdo consiste em um método interpretativo, mediante fluxos sistemáticos e objetivos de descrição, voltado ao conteúdo dos discursos/comunicações/textos (BARDIN, 2002). Os processos analíticos desse método consistem nos seguintes: 1) pré-análise: organização dos dados; 2) exploração do material: gestão sistemática das decisões tomadas no processo de organização dos materiais discursivos; 3) tratamento dos resultados: observação, inferência e interpretação do conteúdo discursivo/textual (BARDIN, 2002). Em outros termos, Rocha e Deusdará (2005) destacam como principais fluxos desse método: 1) Leitura flutuante dos textos; 2) Geração de hipóteses por meio da análise preliminar; 3) Extração de critérios de categorização com base nas hipóteses; e 4) Conclusão.

Os estudos homoculturais se voltam à diversidade sexual e de gênero de modo inter-multi-transdisciplinar e por meio de distintos paradigmas científicos, ansiando o emprego do conhecimento para a promoção da educação e transformação social de forma simbiótica com a promoção dos direitos humanos. Desse modo, a homocultura não se restringe a objetivos científicos, mas une a pesquisa científica com o ativismo intelectual. Então, os estudos homoculturais encaram aspectos econômicos, identitários, culturais, estéticos e políticos como cruciais à reflexão crítico-conceitual em torno das diferenças e diversidades sexuais e de gênero. (GARCIA, 2012). Logo, a pesquisa-ação em voga encara o seu papel político-epistemológico em promover os direitos humanos da população LGBT, além de tecer diálogos com pensadores(as) homoculturais na reflexão dos resultados oriundos da análise dos documentos e avaliações do Projeto Banana-Terra na RM Cariri.

4. Resultados e discussão

A seguir serão expostos os resultados da presente investigação. Vale-se frisar que a subdivisão dessa seção considerou a perspectiva de Tripp (2005) de que o relatório da pesquisa-ação deve contemplar as etapas: 1) planejamento; 2) implementação; e 3) resultados da prática tomada para fins científicos e sociais.

4.1 Planejamento

O Projeto Banana-Terra na RM Cariri se desenvolveu por meio do subprojeto intitulado “SER-TÃO TRANS-VIADO: Educação em Direitos Humanos, Controle Social e Políticas Públicas LGBT em bairros urbanos

periféricos da Região Metropolitana do Cariri”, o qual esteve vinculado ao grupo de trabalho relativo às comunidades periféricas urbanas e adotou como tema transversal os direitos sexuais e reprodutivos.

O subprojeto ora tratado integra a rede nordeste do Projeto Banana-Terra e, como tal, iniciou-se após a oficina colaborativa em São Luiz – MA, entre 07 e 09 de setembro de 2018, quando estiveram reunidos(as) 30 ativistas de todos os Estados do nordeste. O desenvolvimento dos subprojetos da rede se deu por meio da execução de “missões”, as quais objetivaram formar os(as) ativistas e planejar as ações locais. O uso da internet e aplicativos tecnológicos foi um intenso aliado para a articulação dos(as) membros(as) da iniciativa. Assim, durante os anos de 2018 e 2019 se realizaram dez webconferências por meio das ferramentas Zoom e Google Meet. Tais webinars constam no quadro 1:

Quadro 1: Webconferências do Projeto Banana-Terra, rede nordeste.

Tema da Webconferência	Data de realização
Segurança para ativistas	20/11/2018
Fases do desenvolvimento dos subprojetos	03/12/2018
Acompanhamento das etapas preliminares ao desenvolvimento dos subprojetos	08/01/2019
Acompanhamento do desenvolvimento dos subprojetos	19/02/2019
Ativismo em rede e plataformas <i>online</i> Greenwire e OBugio	30/03/2019
Gerenciamento de redes sociais	06/04/2019
Relações com a imprensa	18/04/2019
Autocuidado e apoio em rede	11/05/2019
1° intercâmbio virtual dos subprojetos	23/05/2019
2° ° intercâmbio virtual dos subprojetos	17/08/2019

Fonte: Produzido pelos(as) autores(as) com dados dos documentos do projeto.

O subprojeto do Projeto Banana-Terra na RM Cariri objetivou promover ações de educação em direitos humanos sobre políticas públicas e o seu controle social para a população LGBT. Inicialmente, realizou-se um plano de ação (planejamento) do subprojeto, contemplando elementos previamente indicados (problema, atores e organizações envolvidas, manifestação e consequência do conflito, territórios, objetivo, parceiros, metodologias, recursos, matriz de análise de risco e resultados esperados), o qual foi submetido à coordenação da rede nacional (composta por colaboradores(as) da Anistia Internacional e Greenpeace) que, posteriormente, aprovou-o.

4.2 Implementação: Ações do Projeto Banana-Terra na RM Cariri

Antes da edificação do subprojeto, realizou-se uma oficina colaborativa do Projeto Banana-Terra no município de Crato – CE, ansiando apresentar a iniciativa e propiciar interlocuções sobre questões tocantes aos direitos humanos e ambientais na RM Cariri. A ação ocorreu na Escola Municipal Estado da Paraíba e contou com a participação e mediação de sujeitos e organizações/movimentos sociais atuantes na localidade. A atividade aconteceu no dia 02/02/2019 e teve duração de 8h. O momento contou com a facilitação de membros/pesquisadores/docentes/discentes do Projeto Banana-Terra, Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública (LEVIS/UFCA), Escola Municipal Estado da Paraíba, Articulação Brasileira de Gays - ARTGAY, Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

Após a oficina colaborativa local, realizou-se o minicurso "Educação popular e diversidade sexual e de gênero: problemas públicos, participação popular e controle social", o qual foi facilitado por membros do Projeto Banana-Terra e correu no dia 13/03/2019 na E.E.M.T.I. Juvêncio Barreto, no bairro Gizélia Pinheiro, periferia urbana de Crato – CE. No período de 5h, promoveram-se dinâmicas, debates e reflexões coletivas sobre os problemas públicos enfrentados pela juventude da comunidade e escola, com ênfase nas

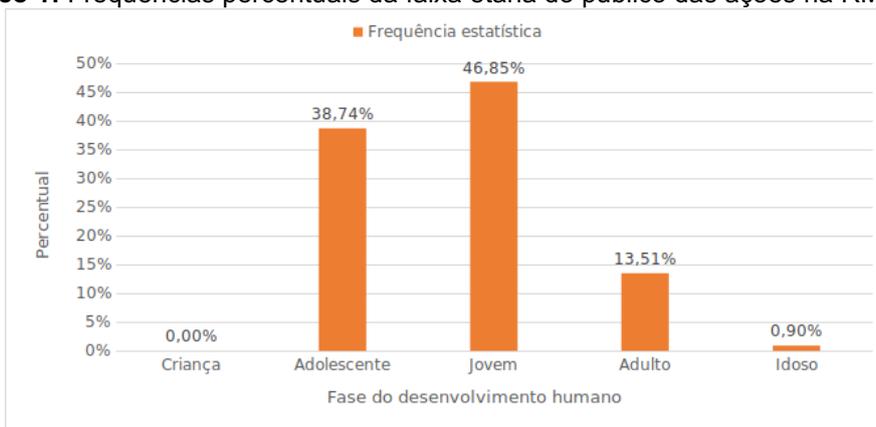
experiências das mulheres, negros(as) e LGBTQs, além da apresentação de direitos que asseguram o respeito às diferenças no espaço escolar.

A segunda atividade promovida foi a roda de conversa intitulada “Direito à Saúde no Brasil: políticas públicas setoriais para a população LGBTQ, negra e de terreiro”, a qual ocorreu no dia 30/03/2019, no Terreiro de Umbanda de Xangô, também no bairro Gizélia Pinheiro, comunidade urbana e periférica de Crato – CE, tendo duração de 8h. O momento reuniu umbandistas do templo, moradores e lideranças comunitárias do bairro. A facilitação foi realizada por mobilizadores do Projeto Banana-Terra e versou sobre o direito humano à saúde e políticas públicas assentes no SUS voltadas à população LGBTQ, negra e de terreiro. O momento seguiu metodologias educacionais populares/integrativas, quando se realizaram exposições, perguntas e explorações das experiências dos(as) participantes de forma lúdica.

O terceiro momento consistiu na roda de conversa nomeada “O Sistema Único de Assistência Social e a Diversidade Sexual e de Gênero”, realizada no dia 17/05/2019, no campus Juazeiro do Norte da UFCA, totalizando 4h. O momento reuniu estudantes, ativistas e moradores de comunidades periféricas e urbanas localizadas nas proximidades da UFCA e foi facilitado voluntariamente por profissionais das áreas do serviço social e direito.

Por meio das listas de frequências de todas as atividades promovidas pelo projeto na RM Cariri, pode-se traçar um perfil etário, bem como exposto no gráfico 1. Percebe-se, então, uma maior frequência percentual do público jovem (46,85%), seguida de sujeitos adolescentes (38,74%). Esses valores denotam o profícuo alcance do público-alvo almejado pela rede nacional do Projeto Banana-Terra, a qual estipulou a priorização de impactar sujeitos jovens em seus repertórios de ação.

Gráfico 1: Frequências percentuais da faixa etária do público das ações na RM Cariri.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) com dados das listas de frequência das atividades do projeto.

Vislumbrando a grande concentração de jovens e adolescentes nas ações, os(as) quais se vislumbraram como público-alvo, os fluxos de divulgação das atividades se deram, majoritariamente, por meio da circulação de cartazes eletrônicos e legendas informativas em redes sociais (Instagram, WhatsApp e Facebook) de organizações do terceiro setor; movimentos sociais; grupos e coletivos artísticos; escolas e universidades públicas e privadas da região.

Segundo Aguião (2021) é corriqueiro o emprego dos meios digitais, sobretudo das redes sociais, para a sociabilização e reconhecimento dos sujeitos dissidentes. Aguião (2021) destaca que há uma notoriedade do emprego da Internet no acesso a conteúdos e materiais políticos relativos à gênero e sexualidade, seio em que se encontram jogos, vídeos, filmes, blogs e materiais didáticos. Portanto, os processos de reconhecimento e formação de si se entrelaçam com as mídias digitais. Não obstante, as Tecnologias da Informação e Comunicação – TICS – também são usadas pelos sujeitos dissidentes como searas para a organização e difusão de eventos, troca de experiências, sociabilidades e apoio mútuo, algo que se mostra com maior notoriedade nas narrativas de sujeitos em transição de gênero (AGUIÃO, 2021).

Salienta-se que as ações supramencionadas se inspiraram em metodologias de educação em direitos humanos contidas nas obras “Semeando O Poder: Um Guia para Mudar o Mundo” (OLIVEIRA, 2019) e

módulo 3 do livro “Respeite os meus direitos, respeite a minha dignidade” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014).

Os formulários de avaliação dos eventos foram compostos por oito questões de múltipla escolha, nas quais os(as) participantes puderam assinalar cinco níveis de satisfação em relação a distintas características das atividades, tais alternativas foram as seguintes: 1) Concordo totalmente; 2) Concordo parcialmente; 3) Discordo totalmente; 4) Discordo parcialmente; 5) Neutro. No quadro 2 constam os percentuais das respostas relativas a cada uma das alternativas das questões dos questionários respondidos por todos(as) os(as) impactados(as) diretamente pelas ações (111 pessoas).

Quadro 2: Percentuais de respostas às alternativas das questões do formulário.

Questões dos questionários de avaliações dos eventos	Nível de concordância com a questão		
	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Neutro
Gostei de participar da atividade	93%	5%	2%
Compreendi o assunto apresentado	60%	38%	2%
Senti-me confortável para compartilhar minhas ideias e opiniões	85%	4%	11%
Aprendi algo relevante e enriquecedor	92%%	8%	0%
Acredito que o tema que foi apresentado na atividade é importante	98%	2%	0%
Estou melhor informado/a sobre o tema após a atividade	85%	13%	2%
Sinto-me mais confiante para falar sobre esse tema com outras pessoas	70%	28%	12%
Recomendaria a atividade a outras pessoas	95%	5%	0%

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) com dados dos formulários *ex post facto* do projeto.

No que toca à avaliação das atividades do projeto pelos(as) seus participantes, afere-se que tais sujeitos proferiram benfeitas considerações sobre os momentos, pois ao se analisarem as respostas dos formulários de avaliação, nota-se que a maioria dos(as) respondentes indicou a importância dos eventos, boa compreensão dos temas expostos e a ocorrência de acolhimento na mediação das ações. Ademais, ressalta-se a não ocorrência das respostas “discordo totalmente” e “discordo parcialmente”.

4.3 Implementação: ações internacionais

O Encuentro Juvenil de Jóvenes Defensorxs Latinoamericanxs, realizado entre os dias 9 a 11 de julho de 2019, em Tlaxcala, México, foi promovido pela Fundação Cidadania Inteligente e Anistia Internacional. O mesmo reuniu lideranças comunitárias, jovens, organizações, estudantes e profissionais de 14 países da América Latina e Caribe. Seu objetivo magno versou o fomento, intercâmbio e fortalecimento de ações em defesa dos direitos humanos e ambientais nos distintos contextos territoriais americanos (COLECTIVA, 2019). Assim, integrantes do Projeto Banana-Terra participaram do encontro em voga.

O evento contou com discussões coletivas sobre problemas e possíveis soluções para questões relacionadas aos eixos temáticos: violência política, cleptocracia, tecnologia e crises ambientais. Para cada uma de tais linhas existiu um grupo de trabalho específico que, por meio de mediações horizontais, pautou a sua incidência em cada um dos territórios dos(as) participantes e em intercessão com as suas atuações políticas/sociais. O encontro ora tratado contou com uma vasta e diversa programação, que em seu bojo reuniu dinâmicas integrativas, místicas ecumênicas e populares (metodologias integrativas compostas por elementos de variadas religiões), rodas de conversa e debates sobre variadas temáticas relacionadas aos eixos temáticos do encontro. Ao término do evento, formou-se uma rede internacional denominada “Colectiva”, a qual atua nos eixos temáticos debatidos no evento e realiza articulações e ações virtuais e presenciais em todos os países latino-americanos (COLECTIVA, 2019). Assim, o Projeto Banana-Terra na RM Cariri passou a compor a rede “Colectiva”.

4.4 Implementação: ações finais do projeto

Consoante ao Informe Anual de 2019 da Amnistia Internacional (2020) sobre os direitos humanos nas Américas, o Brasil figura como um país extremamente perigoso para os(as) defensores(as) dos direitos humanos e ambientais. Realidade intensificada durante o governo Bolsonaro, considerando a sua pouca atuação frente aos assassinatos de ativistas, invasões de territórios indígenas e quilombolas (fomentadas pela medida provisória 870/2019), incêndios na Amazônia legal, além do fortalecimento de discursos de criminalização de movimentos e organizações sociais atuantes na defesa do meio ambiente.

Já segundo a Global Witness (2020), em 2019 o Brasil foi o terceiro país no ranking de assassinatos de defensores(as) do meio ambiente e direitos humanos (portando 24 casos), ficando atrás apenas da Colômbia (64 casos) e das Filipinas (43 casos). Considerando tal realidade nefasta, o Projeto Banana-Terra promoveu na RM Cariri uma capacitação voltada à segurança de ativistas, tal como se relatará a seguir:

Ainda no ano de 2019, mobilizadores do Projeto Banana-Terra da RM Cariri participaram da formação sobre segurança para ativistas promovida pela Anistia Internacional Brasil, realizada na cidade do Rio de Janeiro – RJ, entre 14 e 15 de setembro. O treinamento reuniu, além de integrantes do Projeto Banana-Terra das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ativistas e colaboradores(as) da Anistia Internacional, Greenpeace, Coletivo Afrobapho, movimento Fridays for Future e organização transfeminista Coding Rights. A formação tocou em temas ligados à segurança digital, instrumentos de diagnóstico e mitigação de riscos, práticas de segurança em manifestações e protestos, além de comunicação não violenta. Ao término da capacitação, os(as) participantes foram convidados(as) a replicarem a formação em suas regiões de atuação, algo que gerou um grupo de multiplicação. Nesse sentido, realizou-se, na RM Cariri, tal atividade formativa.

Com o objetivo angular de apresentar noções preliminares e boas práticas em segurança pessoal e coletiva aplicáveis às experiências de ativistas das(os) participantes e intuindo refletir coletivamente sobre benfeitos meios de segurança digital, apresentar instrumentos de diagnóstico e mitigação de riscos (Matriz de Análise de Risco) e promover a troca de conhecimentos e práticas sobre segurança entre as(os) ativistas presentes, a capacitação denominada “Convergências de saberes sobre segurança para ativistas dos direitos humanos e ambientais no Cariri Cearense” foi realizada no dia 15/02/2020, das 8h às 17h, no terreiro de Candomblé Ilê Ase Omo Ayê, bairro Seminário, periferia urbana do município de Crato – CE.

A programação foi composta por painéis temáticos organizados sob forma de rodas de diálogo; dinâmicas de integração; místicas populares e ecumênicas; além de momentos de confraternização (realizados nos intervalos e refeições). O momento reuniu as seguintes organizações: 1) Terreiro Ilê Ase Omo Ayê; 2) Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS/UFCA); 4) Centro de Umbanda Casula; 3) Greenpeace Cariri; 4) ARTGAY, núcleo Crato; 5) Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual do Piauí e 6) Partido dos Trabalhadores (PT).

4.5 Resultados: articulações em rede

Quantitativamente foram promovidas cinco atividades, dentre oficinas, rodas de conversa, minicursos e capacitações na RM Cariri sobre participação social e políticas públicas voltadas à população LGBT. Em termos absolutos, foram 4 bairros periférico-urbanos, dois municípios (Crato e Juazeiro do Norte) e 111 pessoas impactadas diretamente nessas ações presenciais de educação popular em direitos humanos na RM Cariri.

De modo indireto, ao se considerarem os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019) de que os núcleos familiares da macrorregião Nordeste possuem o número médio de 3 de pessoas, pode-se inferir que, se os(as) participantes das ações do projeto compartilharam impressões, conhecimentos ou práticas com os seus familiares, afere-se um valor de aproximadamente 222 pessoas impactadas indiretamente.

Através das inúmeras reuniões e formações virtuais realizadas no seio da rede nordeste, e entre esta e as redes norte e centro-oeste do Projeto Banana-Terra, pôde-se realizar intensas interlocuções, além de trocas de saberes e experiências, que fortaleceram e aperfeiçoaram o trabalho desenvolvido na RM Cariri. Além

disso, a rede do Projeto Banana-Terra no Cariri Cearense (RM Cariri) se ampliou com a participação no Encontro Juvenil de Jovens Defensorxs Latinoamericanxs, quando o projeto passou a integrar a rede internacional “Colectiva”.

As redes são, consoante Silva (2014), fenômenos que remontam períodos longínquos, considerando-se que inter-relações entre sujeitos e instituições existem em toda a história da humanidade. Sendo, atualmente, compreendidas como agrupamentos de organizações e/ou sujeitos que compartilham fluxos deliberativos e somam forças para produzir dados efeitos pretendidos. Tais atores se aglutinam motivados por necessidades compartilhadas, assimetrias de recursos e possibilidades institucionais, reciprocidade por comungarem de objetivos, buscas de melhores performances (eficiência), redução de incertezas em suas atividades e legitimidade das suas ações. Congregando atores plurais, relações e estruturas, as redes são arranjos que vislumbram a implementação conjunta de ações como projetos (OLIVER, 1990).

Com base na visão de Colaço e Damázio (2012), as articulações em rede por parte de movimentos sociais e organizações não-governamentais são tendências contemporâneas que cada vez mais se assentam nas rotinas, sobretudo, dos novos movimentos sociais. Algo que se nota nos repertórios de ação da Anistia Internacional, ente promotor do Projeto Banana-Terra, aqui estudado (BOVO, 2002).

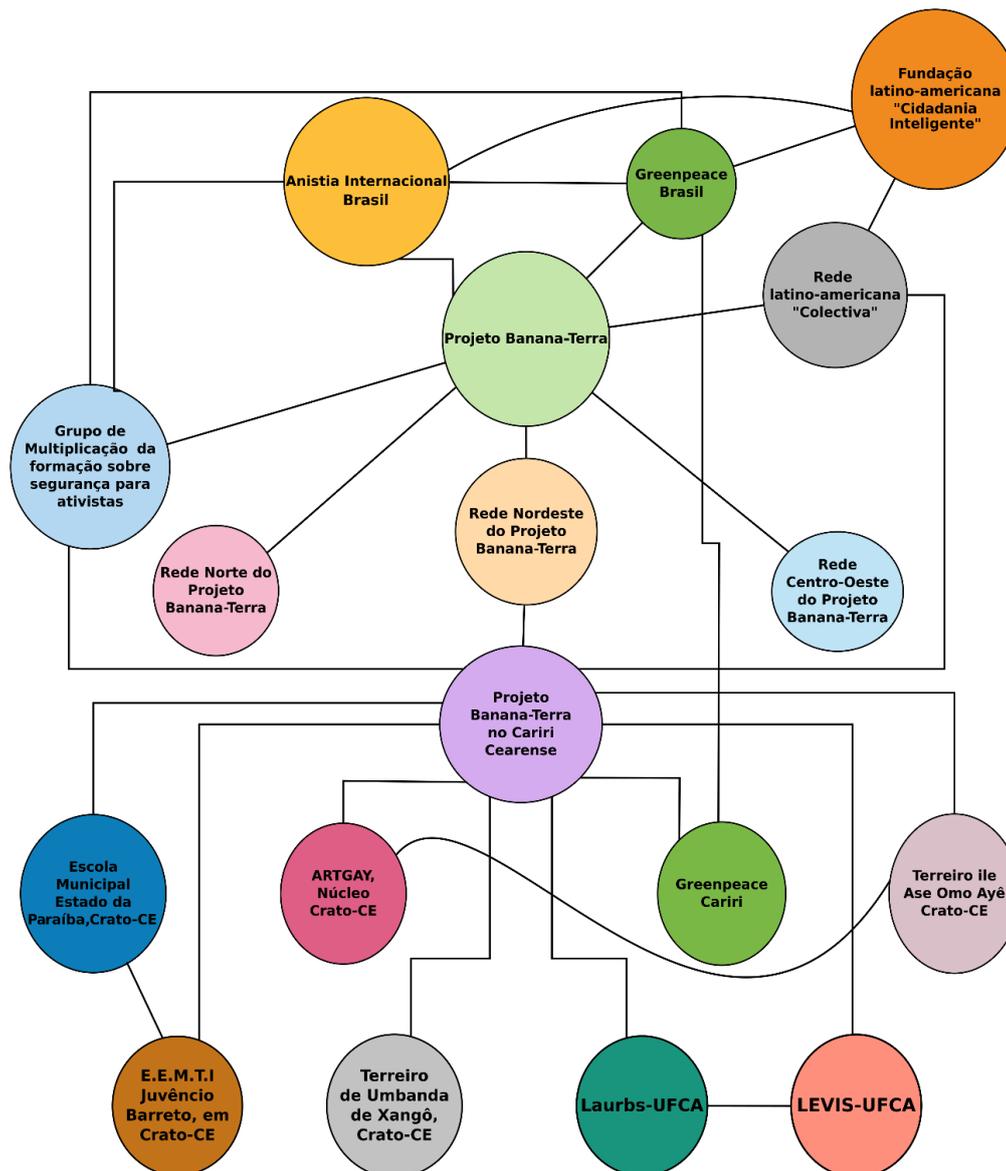
Não restritas às ações da AI, as redes interorganizacionais se assentam intensamente no seio dos movimentos LGBT e coletivos queer, artefato constatado por Colling (2015) ao notar que dados grupos, inseridos nos movimentos supracitados, na Espanha, Portugal, Chile e Argentina, adotam a formação de redes para articulações específicas ou perenes. Contudo, os coletivos queer apresentando configurações mais horizontais e não institucionalizadas, divergindo dos caminhos seguidos por movimentos LGBT que encontram em modelos hierarquizados e institucionalizados o seu referencial de atuação.

Ao decorrer das ações desenvolvidas pelo projeto ora tratado no Cariri Cearense, nota-se a construção de uma espessa e variada rede interorganizacional, abarcando organizações públicas, privadas e sociais de atuação local, nacional e internacional. Modelo convergente à sociedade-providência relatada por Santos (2013), que se caracteriza por relações de interconhecimento e mutualismo por meio das quais pequenas organizações intercambiam bens, serviços e conhecimentos não alicerçados em interesses mercantis, mas seguindo uma lógica fundada na reciprocidade e bem-viver. Tal rede se nota na figura 1 e a sua exposição gráfica foi construída com base nos documentos e experiências do Projeto Banana-Terra.

Portanto, a teoria de redes se mostra importante para a contemplação dos arranjos interorganizacionais criados a partir do Projeto Banana-Terra na RM Cariri. Por influência da teoria dos sistemas, as organizações deixaram de ser vistas como elementos estáticos e passaram a ser contempladas como sistemas abertos. Isso implica reconhecê-las como complexos de componentes que estabelecem capilaridade interna e externa (TURETA; ROSA; ÁVILA, 2006). Não obstante, Morgan (2002) exorta para a possibilidade de compreender as organizações por meio das metáforas “organismo”, “cultura” e “política”. A primeira afirma que as organizações possuem distintos processos evolutivos nos quais há um constante fluxo de adequação aos contextos, reconhecendo, ainda, a pluralidade de “espécies” para lidar com as diferentes realidades. A segunda se refere ao conjunto de dimensões intangíveis que constituem a noção de “organização”, abarcando, pois, ideias, valores, normas, rituais e crenças. Já a terceira focaliza o aspecto dialético inerente às organizações, crescendo interesses, conflitos e jogos de poder como aspectos caracterizadores das atividades organizacionais (MORGAN, 2002).

Nesse direcionamento, Tureta, Rosa e Ávila (2006) destacam que a evolução das configurações organizacionais desnuda a tendência da aproximação e relacionamento entre organizações tencionando a melhoria das suas performances e a superação dos obstáculos que o contexto globalizado intensifica. Não restritas aos campos empresarial e governamental, as articulações em rede são paulatinamente incorporadas por movimentos sociais, organizações sociais e sujeitos. Butler (2018), ao refletir sobre as resistências de grupos sociais precarizados com ânsias à ocupação e criação de espaços públicos plurais, aponta que ao compartilharem situações sociais desfavoráveis, determinados grupos e sujeitos (como a população LGBT) estabelecem alianças e redes de suporte entre si para o combate às precariedades politicamente induzidas. Isso evidencia que mesmo no seio das epistemologias e ativismos queer (guiados por uma lógica microfísica das relações de poder) as articulações em formato de redes se destacam como veículos de ações coletivas.

Figura 1: Rede do Projeto Banana-Terra na RM Cariri.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) com dados dos formulários eletrônicos e documentos do projeto.

Com base na rede exposta na figura 1, vislumbra-se uma pluralidade de organizações, setores e territórios de atuação. Algumas possuem maiores conexões e abrangências do que outras, porém, todas em maior ou menor grau se interconectam ao Projeto Banana-Terra, algo que o faz ser interpretado como um influente elo em relação às entidades a si vinculadas. Não obstante, o vínculo com ações universitárias, escolas, movimentos sociais, organizações e comunidades faz com que se afirme o Projeto Banana-Terra como um promotor da ecologia de saberes.

A ecologia de saberes é para Santos (2013) uma revolução universitária, uma vez que parte da comunidade para o âmbito acadêmico (no presente caso, das articulações sociais da rede do Projeto Banana-Terra para com a UFCA e escolas públicas). Além disso, a ecologia de saberes pressupõe o intercâmbio de saberes populares, tradicionais, periféricos e não ocidentais com os conhecimentos produzidos na academia, gerando, conforme Santos (2013), a relação solidária universidade-sociedade, fato que também se assentou nas atividades da rede aqui analisada.

Portanto, infere-se que a rede do Projeto Banana-Terra contribuiu para o fortalecimento do conhecimento-emancipação das organizações integrantes do arranjo. Segundo Santos apud Lage (2008), o conhecimento-

emancipação consiste em epistemologias próprias de análise e intervenção de enfrentamento às desigualdades políticas, ambientais, sociais e econômicas. Ou seja, movimentos e organizações sociais têm se apropriado do conhecimento científico e o reconfigurado em metodologias sociais para o estabelecimento de suas lutas sociais.

Observando o corriqueiro uso de ferramentas tecnológicas para articulações em rede, formações e comunicações realizadas pelo Projeto Banana-Terra, contempla-se um fenômeno pujante em que movimentos sociais e organizações não-governamentais atuantes no campo da defesa dos direitos humanos, bem como sujeitos dissidentes, encontram no sistema global de redes de computadores, em especial nas redes sociais, um celeiro fértil para as suas mobilizações e manifestações, pois, o acesso “global” à grande rede permite maior aderência e abrangência de denúncias, recrutamentos, acesso a informações, trocas de experiências e fortalecimento de redes (AGUIÃO, 2021).

4.6 Resultados: Reflexões homoculturais sobre as ações

Destaca-se que a ação intitulada “Educação popular e diversidade sexual e de gênero: problemas públicos, participação popular e controle social”, promovida em uma escola pública estadual, mostra-se pertinente porque, segundo Vianna (2015), a educação disciplinar tradicional se formata como um agente de seleção e reconhecimento de sujeitos de direitos, mas, também de negação dessa condição. Nesse viés, Vianna (2015) reflete que a educação passou a ser vislumbrada como a área mais adequada para o alcance da transformação social e equidade, contudo, Vianna (2015) também aponta que nem sempre os devidos meios são dados para tal. Aliado a isso, o atual recrudescimento do conservadorismo enxerga nos corpos e comportamentos das crianças e jovens artefatos ingênuos a serem preservados das “ameaças” advindas da chamada ideologia de gênero, a qual se configura como um aparato discursivo incorporado por “[...] empreendedores morais que agem dentro de um campo discursivo de ação” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 730), atuando no combate aos pontuais avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Já a atividade “Direito à Saúde no Brasil: políticas públicas setoriais para a população LGBT, negra e de terreiro”, promovida no Terreiro de Umbanda de Xangô, põe a nu a necessidade de se discutir e repensar a efetivação do direito à saúde da população em questão. Mesmo com previsões legais nas esferas nacional e internacional, as quais positivam o acesso de todos(as) ao mais alto nível de saúde mental e física, sem diferenciação em relação à identidade de gênero e/ou orientação sexual, a população LGBT padece sofrendo das mais variadas formas, considerando-se problemas como os desrespeitos ao uso do nome social, tratamentos vexatórios, morosidade no acesso às terapias hormonais, invisibilização das lésbicas nas ações de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, dentre outros percalços nos serviços públicos de saúde (LEITE; TORRES; PEREIRA, 2020).

Considerando tais problemáticas e os atuais conservadorismos impetrados pelo governo Bolsonaro, ações como as desenvolvidas pelo projeto Banana-Terra se fazem relevantes para o desenvolvimento da supracitada ecologia dos saberes (SANTOS, 2013) e para a busca do acesso universal, humanizado e equânime da população LGBT aos serviços públicos de saúde.

Ademais, além da atividade realizada no Terreiro de Umbanda de Xangô, a capacitação “Convergências de saberes sobre segurança para ativistas dos direitos humanos e ambientais no Cariri Cearense” se promoveu no Terreiro de Candomblé Ile Ase Omo Ayê. A escolha por esses espaços religiosos se motivou pela necessidade de se contemplar as lutas LGBT pela ótica da interseccionalidade, a qual reconhece que elementos como cor/raça, gênero, sexualidade, território e pertencimento religioso se cruzam nos processos de estigmatização social (FERNANDES, 2013).

Nesse esteio, as religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras - as quais quebram os estereótipos de masculinidade, feminilidade, sexualidades “normais” e dissidentes -, são frequentes em relação ao pertencimento das vítimas de LGBTfobia no Brasil (FERNANDES, 2013), portanto, a luta em prol dos direitos LGBT também deve se dar na contraposição da intolerância religiosa, sobretudo na RM Cariri, localidade hegemonicamente católica, considerando-se que segundo o IBGE (2010), o número de adeptos(as) do catolicismo em Juazeiro do Norte corresponde a 75% e em Crato a 88,218% da população.

O momento nomeado “O Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a Diversidade Sexual e de Gênero”, realizado em um campus da UFCA, reconhece a importância das lutas e mobilizações sociais para a

construção de ações que edifiquem as políticas sociais, considerando que estas são produtos de correlações de forças (IRINEU, 2014). Nesse sentido, Irineu (2014) afirma com veemência que apenas pela via da luta social será possível conquistar condições de paridade, redistribuição socioeconômica e reconhecimento como justiça para, assim, buscar um porvir que promova a livre manifestação sexual e de gênero.

Contempla-se que as articulações em rede ora analisadas se configuram como alianças políticas contrárias às precarizações no viver que, amiúde, tolhem sujeitos e grupos sociais (incluindo-se os dissidentes às normas de gênero) do pleno gozo de serviços e bens públicos (BUTLER, 2018). Assim, as alianças entre precarizados (LGBT, mulheres, povos de terreiro, negros(as), etc.), a partir da resistência às induções políticas que os expõem ao dano, à insegurança e à morte, contemplam-se na experiência do projeto Banana-Terra na RM Cariri, algo que o torna importante para a edificação de um espaço público plural mediante performatividades coletivas (BUTLER, 2018).

5. Considerações finais

O Projeto Banana-Terra na RM Cariri consolidou-se como uma profícua ação, parte disso se deve às parcerias gestadas com organizações locais, nacionais e internacionais, as quais geraram um arranjo interorganizacional em formato de rede para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. As trocas de experiências e instrumentais permitiram ações benfazejas nos territórios e sujeitos alvos das atividades. Ademais, a utilização de ferramentas digitais possibilitou formações, trocas e aperfeiçoamentos do projeto em questão.

Nesse esteio, o presente relato de experiência objetivou analisar o Projeto Banana-Terra, em suas experiências de defesa dos direitos LGBT (parcela dos direitos sexuais e reprodutivos), empreendidas na RM Cariri entre os anos de 2018 e 2020. Ao decorrer do presente texto, discutiu-se sobre os ativismos LGBT e direitos sexuais e reprodutivos. Enfim, relataram-se as cinco atividades promovidas na RM Cariri, as quais impactaram 111 diretamente e 222 indiretamente, além de terem contemplado quatro distintos bairros dos municípios de Crato e Juazeiro do Norte. Destaca-se que os sujeitos diretamente impactados, majoritariamente, proferiram boas avaliações em relação às atividades promovidas.

A Rede do Projeto Banana-Terra na RM Cariri edificou relevantes articulações interorganizacionais para a defesa dos direitos humanos de sujeitos dissidentes à diferença sexual. Dentre as suas parcerias locais, ganham destaque as articulações com núcleos da Universidade Federal do Cariri e escolas públicas, algo que converge a interesses pela edificação da ecologia de saberes. Não obstante, também foram frequentes as parcerias com organizações religiosas de matrizes africanas e afro-brasileiras, fator que põe a nu o reconhecimento da interseccionalidade como direcionadora dos repertórios de ação do projeto.

Os seus repertórios de ação contribuíram para a criação de experiências e conhecimentos empíricos de resistência política às normas de gênero e de sexualidade. Assim, por meio de ferramentas tecnológicas, metodologias integrativas e populares, trocas de conhecimentos e informações, além de parcerias para a promoção de atividades, criou-se um plural arranjo entre organizações de variadas áreas de atuação e territórios de incidência na América Latina. Algo que contribui para a multiculturalidade e fortalecimento da rede.

Quando se aborda a perspectiva do ativismo LGBT, percebemos que se desencadeia uma série de elementos voltados à execução de práticas desafiadoras no contexto brasileiro, considerando os existentes estigmas e exclusões aos sujeitos que nitidamente não seguem os padrões sexuais e de gênero, algo que os colocam à margem e os vinculam a uma categoria de “minorias”, ou “sub-humanidade”, a quem amiúde os direitos fundamentais são negados e vilipendiados pelo Estado e por outros agentes.

Nesse sentido, encorajar a articulação política em rede de ativistas foi o mais importante feito do Projeto Banana-Terra, pois desconstruir tendências comportamentais enraizadas de maneira hostil na sociedade heteropatriarcal é um verdadeiro comprometimento com a evolução e à quebra de ciclos que produzem e reproduzem a desigualdade e a opressão, e é nesse momento que se propõe uma radical mudança de frequência com a finalidade de harmonizar o respeito e tolerância nas relações sociais. Por tais motivos, defende-se que a experiência do Projeto Banana-Terra, aqui relatada, apresenta um considerável potencial

de replicabilidade para redes e organizações atuantes na defesa dos direitos humanos e ambientais no Brasil.

Portanto, almeja-se prosseguir com as investigações científicas em relação à experiência do Projeto Banana-Terra no Brasil. Almeja-se desenvolver uma pesquisa científica exploratória relacionada aos repertórios de ação e territórios contemplados na rede brasileira do projeto ora citado. Para tanto, pretende-se analisar documentos públicos compartilhados na plataforma Greenwire e realizar entrevistas individuais em profundidade com os(as) ativistas constituintes na rede nacional.

6. Referências:

AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

AGUIÃO, Silvia. Sexualidade, gênero e Internet: aspectos do uso das TIC na constituição de redes de sociabilidade e produção de si entre jovens. In: CASTELLO, Graziela; MACAYA, Javiera F. M.; CANTONI, Stefania Lapolla; JEREISSATI, Tatiana. Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. pp. 112-137.

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. Projeto Banana-Terra: conectando jovens para que transformem suas realidades. Anistia Internacional Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 2019. Disponível em: <https://anistia.org.br/projeto-banana-terra-conectando-jovens-para-que-transformem-suas-realidades/>. Acesso em 01 de maio de 2020.

ANISTIA INTERNACIONAL. Respeite os meus direitos, respeite a minha dignidade: os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos. Londres: Anistia Internacional, 2014.

AMNISTÍA INTERNACIONAL (México). Informe Anual 2019. Ciudad de México: Amnistía Internacional, 2020. 96p.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2002.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. Stonewall 40 + o que no Brasil?. Salvador: EDUFBA, 2011. pp 79-110.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. Anistia Internacional: roteiros da cidadania-em-construção. São Paulo: Annablume, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf. Acesso em 17 de dez. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em 17 de dez. de 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. – 2. ed., rev. e atual. – Brasília: MPF, 2017.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAETANO, Marcio; DA SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; GOULART, Treyce Ellen Silva. Famílias, masculinidades e racialidades na escola: provocações queer e decoloniais. *Revista da FAEEDBA*, v. 25, n. 45, 2016.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2010.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2012.

COLECTIVA. *Agenda Colectiva*. Colectiva, Tlaxcala, México, 2019. Disponível em: <https://colectiva.ciudadaniai.org/>. Acesso em 01 de dez. de 2020.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer* / Leandro Colling. - Salvador : EDUFBA, 2015.

CORRÊA, Sonia; FREITAS, Jones de. *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. 2006.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. *Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista*. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 6, p. 147-177, 1996.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa*. *Saúde em Debate*, v. 37, p. 485-492, 2013.

FLY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Relatório Mundial 2020: Brasil*. [Nova York, EUA: HUMAN RIGHTS WATCH], 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/337663#a089a4>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GARCIA, Wilton. *A Homocultura no Brasil: Estudos contemporâneos*. In: LUGARINHO, Mário César. *Do inefável ao afável: ensaios sobre a sexualidade, gêneros e estudos queer*. Manaus: UEA Edições, p. 39-52, 2012.

GLOBAL WITNESS (England). *Defending Tomorrow*. London: Global Witness, 2020. 52p.

GONDIM, Sonia Maria Guedes; SÁ, Márcio de Oliveira; MELO, Livia Cruz Tourinho de; BARBOSA, Silvia Teles; VASCONCELLOS, Clara Mutti; GOMES, Sabrina Torres. *Da descrição do caso à construção da teoria ou da teoria à exemplificação do caso? Uma das encruzilhadas da produção do conhecimento em administração e áreas afins*. *Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 35, p. 47-68, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo de 2010*. Disponível em: <http://www.censo.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6578#resultado>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

IRINEU, Bruna Andrade. *Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil*. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 12, n. 34, 2014.

LAGE, Allene Carvalho. *Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira: Que metodologias podemos construir com os movimentos sociais?*. *e-cadernos ces*, n. 02, 2008.

LEITE, Maria Laís dos Santos; TORRES, Geovane Gesteira Sales; PEREIRA, Paulo Júnior Alves. *Políticas públicas e dissidências de gênero no Sistema Único de Saúde: percepções de mulheres transexuais e travestis sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Crato, Ceará*. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 3, n. 11, p. 166-193, 2020.

- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos pagu*, p. 403-429, 2012.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.
- MORGAN, Gareth, 1943 - *Imagens da organização: edição executiva/Gareth Morgan; tradução Geni G. Goldschmidt*. - 2. ed. - 4 reimpressão - São Paulo : Atlas, 2002.
- OLIVEIRA, Jéssika. *Semeando Poder: Um guia para mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Projeto Banana-Terra, 2019.
- OLIVER, Christine. Determinants of interorganizational relationships: Integration and future directions. *Academy of management review*, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.
- PROJETO BANANA-TERRA. *O Projeto*. Projeto Banana-Terra, São Paulo – SP, 2019. Disponível em: <https://bananaterra.org.br/o-projeto/>. Acesso em 01 de maio de 2020.
- ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. *Ala: estudos neolatinos*, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 14. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SAWYER, Donald. Palco e bastidores da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, 2019.
- SILVA, Francisco Ranieri Moreira da. Redes interorganizacionais. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. www.observatoriofgs.ufba.br. Acesso em 01 de maio de 2020.
- SMITH, Craig Higson; CLUANAIGH, Daniel Ó; RAVI, Ali G. Ravi; STEUDTNER, Peter Steudtner. *Segurança Holística: Manual de estratégias para defensores de direitos humanos*. São Paulo, Editora Subta, 2018.
- TORRES, Geovane Gesteira Sales; PEREIRA, Paulo Júnior Alves; LEITE, Maria Laís dos Santos. Homossexualidade, Segurança Pública e Violência: um estudo quali-quantitativo dos índices de violência letal a homens gays no estado do Ceará. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 8, n. 1, p. 19-38, 2018.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 3, pág. 443-466, 2005.
- TURETA, César; ROSA, Alexandre Reis; ÁVILA, Silvio César. Da teoria sistêmica ao conceito de redes interorganizacionais: um estudo exploratório da teoria das organizações. *Revista de Administração da UNIMEP*, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2006.
- VIANNA, Adriana; BENÍTEZ, Maria Elvira. Gênero e sexualidade: estamos no canto do ringue?. *Cadernos de Campo (São Paulo 1991)*, v. 25, n. 25, p. 36-41, 2016.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 3, p. 791- 806, 2015.
- WORTHEN, Blainer R; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de Programas: Concepções e práticas*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ed. Gente, 2004.